



Projeto de Resolução n.º48/XVI/1.^a

Recomenda ao Governo que reflita no Programa de Estabilidade as previsões macroeconómicas que anunciou na campanha eleitoral

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A 16 de janeiro de 2024, a coligação Aliança Democrática reuniu na sede nacional do PSD, mais de 30 economistas e responsáveis políticos do PSD e do CDS-PP, nos quais se incluíam os atuais Ministros António Leitão Amaro, Joaquim Miranda Sarmiento, Pedro Duarte, Pedro Reis e Fernando Alexandre e ainda a Secretária de Estado Inês Domingos, como forma a obter contributos dos mesmos para o programa de reformas e o cenário macroeconómico da AD a apresentar aos portugueses, facto amplamente noticiado num momento anterior ao início oficial da campanha para as eleições legislativas de 10 de março.

Desse processo resultou o programa económico da Aliança Democrática, documento apresentado no dia 24 de janeiro de 2024, que apontava, de forma concreta, o cenário macroeconómico para o intervalo temporal entre 2023 e 2028, bem como um conjunto de reformas que se propunha a executar, se assumisse responsabilidades governativas, cenário que veio a confirmar-se. Adicionalmente, na apresentação do seu programa eleitoral, a 9 de fevereiro de 2024, a coligação Aliança Democrática incluiu um cenário orçamental para o período 2023-2028, bem como as previsões do impacto financeiro das principais medidas com impacto financeiro contidas no referido programa eleitoral e que se traduzem nas seguintes tabelas:

Tabela B: Cenário Macroeconómica da AD 2023-2028

Taxa de variação anual média exceto onde indicado (%)	2023	2024	2025	2026	2027	2028
PIB e componentes da Despesa (em termos reais)						
PIB	2,2	1,6	2,5	2,7	3,0	3,4
Consumo privado	1,5	1,2	2,0	2,3	2,8	3,2
Consumo público	1,2	1,1	1,7	2,0	2,3	2,5
Investimento (FBCF)	0,6	3,7	5,2	4,5	3,2	3,4
Exportações de Bens e Serviços	5,4	2,5	3,8	4,0	4,4	4,4
Importações de Bens e Serviços	2,8	2,9	3,8	3,9	3,8	3,9
Contributos para a variação real do PIB (p.p.)						
Procura interna	1,1	1,8	2,5	2,6	2,7	3,1
Procura Externa líquida	1,1	-0,2	0,0	0,1	0,2	0,2
Preços						
Deflator do PIB	7,1	2,7	2,2	2,1	2,0	2,0
PIB (variação nominal)	9,4	4,3	4,7	4,8	5,0	5,4
IHPC	5,2	2,8	2,2	2,0	2,0	2,0
Mercado de Trabalho						
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,4	6,3	6,2	5,8	5,4	5,0
Emprego	1,2	0,3	1,1	1,4	1,5	1,4
Produtividade aparente do trabalho	1,0	1,3	1,4	1,2	1,5	2,0
Desenvolvimentos cíclicos						
Produto potencial (variação, %)	2,2	2,1	2,8	2,9	3,1	3,4
Hiato do produto (% produto potencial)	1,1	0,7	0,3	0,1	0,0	0,0

Fonte: Página 74 do programa económico da Aliança Democrática



Tabela 1: Cenário Orçamental AD 2023-2028 (% PIB)

Projeção para a Conta das Administrações Públicas (% PIB exceto onde indicado)	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receita Total	44.1	44.5	43.7	43.3	42.4	42.3
Receita corrente	43.1	43.3	42.2	42.0	41.9	41.8
Receita fiscal	25.5	25.8	24.7	24.5	24.3	24.0
Impostos sobre produção e importação	14.5	14.8	14.6	14.5	14.5	14.4
Impostos sobre rendimento e património	11.0	11.0	10.1	10.0	9.8	9.6
Contribuições para fundos da Segurança Social	12.4	12.4	12.4	12.5	12.6	12.7
Vendas e outras receitas correntes	5.2	5.1	5.1	5.1	5.1	5.1
Receitas de capital	1.0	1.3	1.5	1.3	0.5	0.5
Despesa Total	43.3	43.7	43.5	43.2	42.3	42.0
Despesa Primária	41.2	41.3	41.3	40.9	39.9	39.6
Despesa Corrente Primária	37.3	37.2	37.0	36.7	36.5	36.2
Consumo intermédio	5.7	5.8	5.8	5.7	5.6	5.5
Despesas com pessoal	10.6	10.5	10.5	10.5	10.4	10.3
Prestações sociais	17.6	17.7	17.6	17.4	17.4	17.4
Subsídios e outra despesa corrente	3.4	3.2	3.2	3.2	3.1	3.0
Despesas de capital	3.9	4.1	4.3	4.2	3.4	3.4
Saldo primário	2.9	3.1	2.4	2.4	2.5	2.6
Juros	2.1	2.3	2.2	2.3	2.4	2.4
Saldo global	0.8	0.8	0.2	0.1	0.2	0.2
Dívida Pública (para 2023 valor reportado pelo BdP)	98.7	96.0	92.2	88.5	84.4	80.2
Saldo estrutural	0.3	-0.1	0.0	0.1	0.1	0.2
Saldo estrutural primário	2.4	2.2	2.2	2.4	2.5	2.6
Carga fiscal	37.9	38.2	37.1	36.9	36.8	36.7
Taxa de juro média implícita da Dívida Pública (%)	2.1	2.3	2.4	2.6	2.8	2.8
<i>Por memória</i>						
PIB nominal (mil M€)	261.8	273.2	286.1	299.7	314.8	331.8
Dívida Pública (mil M€)	263.0	262.2	263.7	265.4	265.8	266.0
<i>Por memória</i>						
Saldo global Programa de Estabilidade 2023	-0.4	-0.2	-0.1	0.0	0.1	n.d
Saldo Global CPI do CFP	0.9	0.8	0.6	0.4	0.3	n.d
Dívida Pública Programa de Estabilidade 2023	107.5	103.0	99.2	95.6	92.0	n.d
Dívida Pública CPI do CFP	104.7	100.3	96.5	93.1	89.4	n.d
Ajustamento défice dívida (% do PIB- fonte: CFP)	1.5	0.7	0.7	0.7	0.3	0.3

Fonte: Página 96 do programa eleitoral da Aliança Democrática

Tabela 3: Receitas

Medida AD	Rúbrica OE	Horizonte Temporal	Total Medida
Redução gradual de IRC de 21% para 15% ao ritmo de 2 p.p. por ano	Impostos sobre rendimento e património	2025-2027	1,500
Isenção de contribuições e IRS sobre prémios de desempenho e redução das taxas marginais de IRS até ao 8º escalão entre 0,5 e 3 p.p. face a 2023	Impostos sobre rendimento e património	2024-2026	2,000
Adoção do IRS Jovem	Impostos sobre rendimento e património	2025	1,000
Eliminação do IMT e Imposto de Selo para compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos e redução para 6% do IVA da construção	Impostos sobre produção e importação	2025	500
TOTAL MEDIDAS			5,000

Fonte: Página 97 do programa eleitoral da Aliança Democrática

Tabela 4: Despesas

Medida AD	Rúbrica OE	Horizonte Temporal	Total Medida
Reposição gradual do tempo de serviço dos professores (60 milhões por ano)	Despesas com pessoal	2025-2028	240
Aumento gradual do Complemento Solidário para Idosos até 820€ (estimativa alta de 200 milhões por ano)	Prestações sociais	2025-2028	800
Introdução do Suplemento Remunerativo Solidário	Prestações sociais	2025-2028	800
Universalização do acesso gratuito ao ensino pré escolar e creches	Prestações sociais	2025	400
TOTAL MEDIDAS			2,240

Fonte: Página 98 do programa eleitoral da Aliança Democrática

Ambos os elementos, programa eleitoral e programa económico, foram alvo do escrutínio e debate e foram sufragados por parte dos portugueses, tendo sido estas peças eleitorais parte do argumentário que permitiu à Aliança Democrática reunir o apoio suficiente para governar Portugal e ter constituído o XXIV Governo Constitucional. Por esse conjunto de razões, é,



com surpresa que verificamos que, perante a primeira oportunidade para defender e discutir esse cenário macroeconómico e o cenário orçamental da coligação que suporta o Governo num debate parlamentar, por via do Programa de Estabilidade, o Executivo tenha optado por apresentar um documento seguindo o cenário de políticas invariantes, ou seja, uma mera revisão do cenário do país sob a lente do Executivo que o precedeu, isto é, sob a ótica do PS.

Deste modo, é com manifesta estupefação que verificamos que à primeira oportunidade de trazer a público um documento que refletisse a ambição que defende para o país, com um cenário macroeconómico prevendo um crescimento de 2,5% já em 2025 e um objetivo de atingir os 3,4% de crescimento real do PIB em 2028, o Governo tenha optado por colocar à discussão na Assembleia da República - e por apresentar aos portugueses e à própria Comissão Europeia -, um cenário macroeconómico, com crescimentos anémicos, que não traduz as principais medidas que a Aliança Democrática propôs e que ainda recentemente foram defendidas na discussão do Programa de Governo que fora legitimado com a não aprovação de duas moções de rejeição.

Com a apresentação deste Programa de Estabilidade, sem o reflexo das medidas mais impactantes do Governo e sem a tradução de um módico de ambição, que apesar de tudo, ainda subjaz ao cenário macroeconómico do programa eleitoral da Aliança Democrática, ficam então as dúvidas:

- O que impediu o Governo de apresentar um Programa de Estabilidade em que fossem consideradas (e estimado o impacto) das suas medidas? Foi a escassez de tempo ou a impreparação do Governo para cumprir esta obrigação?
- Será o Governo incapaz de defender o seu próprio cenário macroeconómico? E, assim sendo, porquê? Não confia na solidez da sua proposta refletida no programa eleitoral da Aliança Democrática? Não acredita que as instituições europeias vão acolher as reformas propostas?



- Ou, por outro lado, o Governo prepara-se para limitar as suas ambições e os seus compromissos à mediocridade das previsões do PS e para se conformar com a degradação dos serviços públicos provocada pelo anterior Governo?

À semelhança do recente episódio pouco transparente relativo às alterações ao IRS, o Governo demonstra novamente uma falta de clareza evidente quando, possuindo todos os seus elementos, apresenta ao país, aos portugueses e aos organismos europeus um Programa de Estabilidade que não incorpora os mínimos de ambição para transformar Portugal que estavam vertidos no programa eleitoral e o programa económico da Aliança Democrática.

Em reação à apresentação do Programa de Estabilidade foram várias as vozes do PSD e do CDS-PP que afirmaram ou, no mínimo, sugeriram que este processo seria um mero pró-forma e que seria, assim, irrelevante. Todavia, e não concedendo, que fosse um documento de menor importância do ponto de vista formal, uma vez que haverá negociações com a Comissão Europeia novamente em junho, o Programa de Estabilidade é relevante para a imagem que este novo Governo projeta junto dos portugueses e transmite às instâncias europeias e a quem esteja interessado em investir em Portugal. A alegada irrelevância formal deveria ser um argumento adicional para a apresentação de um Programa de Estabilidade alinhado com a ambição do Governo no momento da campanha eleitoral e que fez merecer o voto dos portugueses.

Por esse motivo, a Iniciativa Liberal propõe, por via da apresentação deste projeto de resolução, que as demais forças políticas e, em particular, o PSD e o CDS-PP, enquanto partidos que suportam o Governo, se posicionem relativamente à confiança que têm nas suas próprias promessas eleitorais, recomendando ao Governo a revisão do Programa de Estabilidade em apreciação, de forma a que reflita o cenário macroeconómico e o cenário orçamental consentâneos com o seu programa de Governo e com os compromissos eleitorais assumidos pela Aliança Democrática. Através dessa revisão será possível dar um primeiro sinal de que o Governo pretende efetivamente virar a página da mediocridade a que o PS votou o país e restituir a confiança dos portugueses nas promessas eleitorais feitas pelo atual primeiro-ministro e pela sua recém-empossada equipa governativa.



Neste sentido, tendo em consideração o acima exposto, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que reveja e apresente à Assembleia da República um Programa de Estabilidade que reflita as previsões e os impactos das medidas previstas no Programa do Governo, alinhado com os compromissos eleitorais da coligação Aliança Democrática que o compõe e suporta.

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2024.

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Bernardo Blanco
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Mário Amorim Lopes
Mariana Leitão
Patrícia Gilvaz
Rodrigo Saraiva
Rui Rocha